Processo nº 220/2023

(Reclamação para a conferência)

Data: **11 de Janeiro de 2024**

Recorrente: **(A)**

Entidade Recorrida: **Secretário para a Economia e Finanças**

*

**ACORDAM OS JUÍZES DO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA RAEM:**

I. RELATÓRIO

(A), com os demais sinais dos autos, veio interpor recurso contencioso do Despacho de 27.02.2023 do Secretário para a Economia e Finanças no qual foi indeferido o recurso hierárquico interposto pelo Recorrente e mantida a decisão que declarou a caducidade da autorização de residência temporária da cónyuge do Recorrente (B).

A fls. 82 foi proferido despacho de indeferimento liminar por se entender que havia de estar em juízo a cónyuge do Recorrente por ser a titular da situação jurídica subjacente ao despacho recorrido.

Daquele despacho veio o Recorrente reclamar para a conferência, sustentando em síntese que tanto o Recorrente

como o seu cônjuge têm legitimidade para interpor o presente recurso uma vez que a decisão administrativa impugnada que invalida a autorização de residência da cônjuge viola os interesses legalmente protegidos de ambos.

Para além da reclamação foi também junta aos autos p.i. corrigida onde surge a cônjuge do Recorrente (B) como Recorrente, tendo para o efeito junto aos autos procuração forense e declaração de ratificação do processado.

Notificada a entidade Recorrida para dizer o que tiver por conveniente, pela mesma foi sustentado ser a cônjuge do Recorrente quem tem legitimidade para atacar o acto recorrido, aceitando a substituição processual decorrente da nova p.i.

Pelo Ministério Público foi emitido Parecer com o seguinte teor:

«(i)

Constitui objecto da presente reclamação para a conferência a douta decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Relator de indeferimento liminar da petição inicial com fundamento na ilegitimidade do Recorrente, constante de fls. 82 a 83 dos presentes autos.

(ii)

Como já tive oportunidade de o referir em situações processuais semelhantes, propendo, não sem dúvidas, no sentido de considerar, que o Recorrente, e agora Reclamante, (A), tem, nos termos previstos na segunda

parte da alínea a) do artigo 33.º do CPAC, legitimidade processual activa para interpor o presente recurso contencioso, porquanto, ele próprio, se arroga a titularidade de um interesse directo, pessoal e legítimo no provimento desse recurso. Acompanho assim, aliás, aquele que é, se bem o interpreto, o sentido da jurisprudência do Tribunal de Última Instância sobre a matéria (cfr. acórdãos do Tribunal de Última Instância de 28.04.2004, Processo n.º 8/2004 e de 15.12.2010, processo n.º 48/2010).

Na verdade, de acordo com a que me parece ser a melhor doutrina, o interesse directo e pessoal a que a mencionada norma legal alude traduz-se «na utilidade, benefício ou vantagem, de natureza patrimonial ou meramente moral, que poderá advir da anulação do acto impugnado e que pode não corresponder à titularidade de um direito ou interesse legalmente protegido, mas à simples de detenção de um mero interesse de facto» (assim, MÁRIO AROSO DE ALMEIDA/CARLOS ALBERTO FERNANDES CADILHA, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.ª edição, Coimbra, 2010., P. 371).

Ora, no caso, estou modestamente em crer que, sendo o Recorrente cônjuge da titular da autorização de residência temporária cuja caducidade foi declarada através do acto recorrido, a qual, de resto, foi concedida na sequência de requerimento apresentado pelo Recorrente com fundamento no artigo 5.º, alínea 3) do Regulamento Administrativo n.º 3/2005, será de considerar preenchido o pressuposto processual da respectiva legitimidade.

(iii)

Concluindo, parece ao Ministério Público, salvo melhor opinião, que a presente reclamação para a conferência deve ser deferida.»

Foram colhidos os vistos legais.

Cumpra, assim, apreciar e decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Da sinopse dos autos resulta que o acto impugnado que declarou a caducidade de autorização de residência de (B), cônjuge do Recorrente (A), foi sempre notificado ao aqui Recorrente original, havendo sido este quem interpôs recurso hierárquico e do resultado do mesmo foi notificado.

Este modo de proceder da Entidade Recorrida tem levado a que os recursos contenciosos dos actos impugnados sejam instaurados sem que a pessoa titular do direito à residência que foi objecto dos actos impugnados esteja nos autos, situação que entendemos é geradora de ilegitimidade.

Por analogia com a situação prevista no artº 396º do CPC tem vindo a ser prática deste tribunal o convite aos Recorrentes para corrigirem as petições iniciais apresentadas fazendo constar os verdadeiros titulares do direito, juntando as competentes procurações forenses e declarações de ratificação do processado.

O despacho de indeferimento liminar objecto desta reclamação não pode ser objecto de recurso antes de ser

submetido a reclamação para a conferência.

Logo, o despacho de indeferimento liminar susceptível de recurso a que alude o n° 1 do art° 396° do CPC só aconteceria se nesta reclamação viesse a ser confirmado aquele que é objecto desta.

Destarte, no momento em que foi apresentada a nova p.i. estava ainda o Autor aquém do início da contagem do prazo de 10 dias a que alude o art° 396° do CPC, pelo que, se tem a nova p.i. apresentada por tempestiva.

Da nova p.i. resulta ser (B) Recorrente não se opondo a Entidade Recorrida à substituição processual, pelo que, estando sanada a falta de legitimidade do Recorrente pela intervenção de (B), impõe-se conceder provimento à reclamação, decidindo em conformidade.

Termos em que, pelos fundamentos expostos, deferindo a reclamação apresentada, revoga-se o despacho de indeferimento liminar, aceita-se a petição inicial apresentada a fls. 90 e ordena-se a notificação¹ da Entidade Recorrida para querendo contestar no prazo legal, fazendo constar as prescrições previstas nos art° 53° a 55° do CPAC.

Sem custas pelo incidente.

¹ Já não se diz citação uma vez que já teve intervenção nos autos.

Notifique.

RAEM, 11 de Janeiro de 2024

Rui Carlos dos Santos P. Ribeiro
(Relator)

Fong Man Chong
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Ho Wai Neng
(Segundo Juiz-Adjunto)

Mai Man Ieng
(Procurador-Adjunto)